



Fortalecimento de circuitos curtos de comercialização como resposta à crise alimentar no Amapá

**Ana Karolina Lima Pedrada^{1*}, Oriana Trindade de Almeida², Mariano Carlos
Alvez-Valles³ e Sarah Karolina Lamarão⁴**

A pandemia provocada pelo COVID-19 expôs vulnerabilidades sociais e ambientais a nível global, penalizando principalmente a população menos favorecida, dada a dificuldade de acesso a alimentos. Esta pesquisa teve o objetivo de analisar os canais curtos de comercialização promovidos pelo agricultor familiar do estado do Amapá (Brasil) como resposta à crise alimentar em que o estado se encontrava no período de pandemia e como estes canais fomentaram a soberania alimentar na região a partir da produção agroecológica. Utilizou-se como método análise de conteúdo, com análises bibliográficas e documentais e entrevistas estruturadas com lideranças agrícolas locais. Os resultados mostraram que o agricultor familiar, com o apoio do SEBRAE, conseguiu resistir a esta crise alimentar, organizando canais alternativos de comercialização de produção agroecológica, tais como entregas diretas, feiras nas comunidades agrícolas, entregas de cestas em condomínios e feiras *Drive Thru*. Alguns destes canais são reproduzidos mesmo depois da pandemia pelo agricultor familiar, fortalecidos pelos laços criados entre produtor e consumidor. Por fim, é necessária uma maior conduta participativa e democrática para endossar o consumo agroecológico de alimentos culturalmente apropriados, que atribuam as devidas responsabilidades do Estado e que dialogue com a diversidade cultural e econômica da região a fim de continuar promovendo soberania alimentar no estado.

Palavras-chave: Agroecologia, Agricultura familiar, Soberania alimentar, Comercialização, Amazônia.

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA)/Instituto Federal do Amapá (IFAP). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA. Professora do IFAP. Endereço para correspondência: *E-mail:* ana.lima@ifap.edu.br. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7763-9249>

² Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Ciências Ambientais, *University of London*. Professora associada do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA. *E-mail:* orianaalmeida@gmail.com. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4254-7982>

³ *Universidad Nacional Mayor de San Marcos*, Peru. Doutor em Ecologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. *E-mail:* calvezv@unmsm.edu.pe. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2341-6191>

⁴ Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Mestre em ciências da saúde pela UNIFAP. *E-mail:* nutri_sarah@hotmail.com. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0668-7969>

Strengthening of short marketing circuits as a response to the food crisis in Amapá

The pandemic caused by COVID-19 has exposed social and environmental vulnerabilities at a global level, mainly penalizing most poor population, given the difficulty of accessing food. This research aimed to analyze the short marketing channels promoted by the family farmer in the state of Amapá (Brazil) as a response to the food crisis in which the state was in the pandemic period and how these channels fostered food sovereignty in the region from agroecological production. Content of interview analysis was used as a method, with bibliographic and documentary analyzes and structured interviews with local agricultural leaders. The results showed that the family farmer, with the support of SEBRAE, managed to resist this food crisis, organizing alternative channels of commercialization of agroecological production, such as direct deliveries, fairs in agricultural communities, delivery of baskets in condominiums and Drive Thru fairs. Some of these channels are reproduced even after the pandemic by the family farmer, strengthened by the bonds created between producer and consumer. Finally, greater participatory and democratic behavior is needed to endorse the agroecological consumption of culturally appropriate foods, which assign the appropriate responsibilities of the State and which dialogue with the cultural and economic diversity of the region in order to continue promoting food sovereignty in the state.

Keywords: Agroecology, Family farming, Food sovereignty, Commercialization, Amazon.

Submetido em: 14/08/22

Aceito em: 01/12/22

INTRODUÇÃO

A crise alimentar é uma das consequências da economia do agronegócio, cujo monopólio de insumos necessários para a produção e distribuição de alimentos (privatização das sementes, fertilizantes, concentração fundiária) está associada à má distribuição de alimentos no mercado mundial. Estes fatores, integrados à crise climática e energética e às desigualdades sociais geradas das relações colonialistas, afetam principalmente famílias com baixa capacidade aquisitiva em países em desenvolvimento^[1-3].

A fome não é a consequência de uma produção alimentar insuficiente, nem da marginalização econômica de certas populações, e a solução do problema não é aumentar a produção dos que já produzem. A fome é um problema estrutural com base na formação das relações sociais entre países colonizadores e países colonizados, e que se agrava em decorrência de problemas conjunturais, como guerra e pandemia.

A adoção de sistemas agroecológicos se apresenta como resposta, que busca promover a produção agrícola sustentável local, inclusiva e equitativa. É um estudo interativo da ecologia com todos os sistemas alimentares que abrange a escala ecológica, econômica, social e política^[4-6].

Os métodos agroecológicos são promovidos e reproduzidos por milhares de agricultores familiares, que resistem nas áreas rurais dos países em desenvolvimento, promovendo produtividade e sustentabilidade de agroecossistemas otimizados e, desta maneira, formando a base da soberania alimentar a partir de seus conhecimentos tradicionais^[7]. Uma alimentação consciente tem relação direta com o conhecimento da cadeia alimentar, com hábitos saudáveis de alimentação e com o consumo responsável que valoriza a história, a cultura local e a tradição alimentar^[8].

Agricultores familiares agroecológicos detêm autonomia no campo com a menor dependência de insumos externos e buscam promover sua reprodução social a partir de acesso a mercados diferenciados,

como a promoção de circuitos curtos de comercialização para seus produtos. As feiras livres têm cumprido um papel importante neste contexto social.

O estabelecimento de circuitos curtos para o consumo de mercadorias por sua vez, permitem uma melhoria da qualidade de vida da população local e uma progressiva expansão espacial, segundo os acordos participativos alcançados por sua forma de ação social coletiva entre agricultores e consumidores^[9,10]. Igualmente, a soberania e a segurança alimentar de uma região se expressam também na adoção de estratégias baseadas em circuitos curtos de mercadorias e no abastecimento regional e microrregional, não sendo possível, portanto, desconectar a dimensão econômica da dimensão social na agroecologia^[9].

No estado do Amapá, o desenvolvimento do mercado local para produtos agroecológicos tem se baseado em feiras livres, comercialização em eventos locais promovidos por algum órgão de assistência técnica ou ainda vendas diretas nas comunidades. Esses espaços de comercialização têm estimulado a diversificação da produção entre as famílias agricultoras, o que tem gerado resultados positivos na promoção da soberania alimentar para a população do estado e popularizado o acesso ao alimento agroecológico, sendo um exemplo importante que rompe com a lógica de elitização dos mercados de produtos ecológicos^[11].

No início de 2020, com a pandemia em decorrência da COVID-19, o cenário expôs uma fragilidade social e ecológica^[12]. Estes espaços de comercialização com circuitos curtos, utilizados pelos agricultores familiares foram fechados, via decreto, em várias regiões do país, inclusive nos municípios do Amapá, penalizando o agricultor familiar do estado e marginalizando ainda mais esta classe trabalhadora. Como nunca antes, o COVID-19 revelou que a saúde humana, a ecologia, a política e a economia estão intimamente ligadas^[12]. A pandemia mostrou quão despreparados os países estão para enfrentar uma crise sanitária, pois a fome tende a aumentar uma vez que a cadeia de abastecimento não está organizada para enfrentar este tipo de cenário^[13].

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar os canais curtos de comercialização promovidos pelo agricultor familiar do Amapá como resposta à crise alimentar em que o estado se encontrava no período de pandemia, considerando a perspectiva social e econômica, e como estes canais fomentaram a soberania alimentar na região a partir da produção agroecológica.

Este trabalho é importante, pois 59,8% dos agricultores familiares do estado do Amapá promovem algum tipo de prática agroecológica (conservação da biodiversidade, consorciamento, rotação de culturas e/ou manejo natural com o uso práticas tradicionais entre outras) e ainda 85% dos agricultores familiares do estado não usam agrotóxicos em sua produção^[14]. Estes agricultores são capazes de promover soberania alimentar com base na agroecologia, sendo, portanto, necessário compreender seus aspectos e movimentos sociais rurais formados quando no combate à fome.

METODOLOGIA

Esta pesquisa usou o método descritivo e de análise de conteúdo, com objetivos exploratórios e explicativos. Os documentos analisados foram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o relatório da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), decretos, leis e dados referente à produção dos agricultores familiares locais, extraídos da Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado do Amapá.

Também foram feitas visitas técnicas em comunidades agrícolas localizadas na área rural do município de Macapá, onde se concentram 48% dos agricultores familiares do estado. Trata-se de comunidades previamente identificadas pela SDR, pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) pelo seu destaque em iniciativas de base agroecológicas e que recebem algum tipo de assistência técnica e extensão rural neste quesito.

Em seguida, foram realizadas entrevistas abertas, *in loco*, com os líderes destas cinco comunidades presentes na área, com a devida anuência prévia do Conselho de Ética na Pesquisa (nº: 38065120.0.000.0003). As entrevistas ocorreram entre os meses de setembro e novembro de 2021 e duraram cerca de uma hora e meia, cada uma. Nessas entrevistas, foram abordados temas, como políticas públicas, incentivos, formação de movimentos sociais, dificuldades enfrentadas no período de pandemia e busca de soluções para enfrentamento.

De posse dos dados levantados, foi feita a interpretação do conteúdo, lendo e transcrevendo integralmente as entrevistas, a fim de obter respostas aos questionamentos inicialmente levantados na pesquisa.

Soberania Alimentar e Agroecologia como mecanismos de resiliência

Para afirmar a soberania alimentar como um direito universal, é necessário que a produção de alimentos tenha escala e seja saudável. Esta ação pode ser garantida através da agroecologia que garante a produção com base na agricultura com bases ecológicas, que contribui para a promoção da autonomia camponesa frente as transnacionais da agricultura, democratizando as relações de produção e consumo de cada nação^[3,6,15].

Ações agroecológicas, como a conservação da biodiversidade, valorização dos saberes tradicionais e a articulação na distribuição e promoção de circuitos curtos de comercialização, são atitudes indispensáveis para promoção da soberania alimentar usadas pelas populações tradicionais da Amazônia Oriental brasileira.

Mas o direito à soberania alimentar está sendo cada vez mais negligenciado pelo modelo de agricultura industrializada e pelo Estado desde a Revolução Verde, que provocou graves consequências na sociobiodiversidade e desapropriação cultural, territorial e econômica dos camponeses, onde as políticas públicas em favor da Agroecologia e da Soberania Alimentar vem sendo, dando espaços à políticas que beneficiem diretamente o agronegócio^[11,16–18]. Ademais, o CONSEA, órgão de aconselhamento da Presidência da República,

importante para o diálogo entre a sociedade civil e o governo para garantir a promoção da segurança alimentar e nutricional, foi extinto pelo então presidente da república em exercício em 2019, com o Decreto nº 9.759, a fim de beneficiar o setor de agronegócio com a produção e exportação de *commodities*: uma decisão danosa aos setores mais vulneráveis e sujeitos às várias manifestações de insegurança alimentar^[13,18–20].

A desarticulação desta instância, adicionado à pandemia mundial da COVID-19, fragilizou ainda mais o contexto segurança alimentar, questionando-se a fragilidade nas tomadas de decisão relacionadas à garantia da SAN, principalmente em países em desenvolvimento com as populações em vulnerabilidade socioeconômicas, o que remete à necessidade de buscar respostas locais a esta crise como um elemento de resiliência^[13,20–22].

De acordo com a FAO, a fome mundial aumentou 9,9% no ano de 2020. Estima-se que 2,37 bilhões de pessoas no mundo enfrentam problemas moderados ou Insegurança Alimentar (IA): metade (1,2 bilhão) é encontrada na Ásia, um terço (799 milhões) na África e 11% (267 milhões) na América Latina e no Caribe. Destes, 811 milhões de pessoas enfrentam a fome^[23].

No Brasil, a IA persiste e insiste. Dados levantados pela Rede PENSSAN mostram que houve crescimento nos indicadores de IA em decorrência do cenário pandêmico do COVID-19, onde, atualmente 58,7% (125 milhões de pessoas) da população brasileira está exposta a algum grau de IA. Destas, 59,7 milhões de pessoas vivem em de IA leve (incerteza quanto à obtenção de alimentos no futuro próximo), 32,2 milhões de pessoas vivem situação de IA moderada (quantidade insuficiente de alimentos) e 33,1 milhões de pessoas vivem em IA grave (privação do consumo de alimentos e fome)^[24].

Analisando por região, quanto à IA grave, a região Norte detém os números mais altos, com 25,7% da população exposta a esta insegurança; seguido da região Nordeste, com 21%; posterior Sudeste, com 13,1%; Centro-Oeste, com 12,9%; e por fim o Sul, com 9,9%^[24]. A área rural brasileira é a mais afetada neste cenário, e, apesar de os números

absolutos serem menores, a IA grave no campo atinge 18,6% da população rural no Brasil.

O estado do Amapá detém o terceiro maior índice de Insegurança Alimentar do país (79,4%), ficando atrás somente do Ceará, cujo índice é de 81,9% e do Piauí, com 80,1%. Destas 79,4% pessoas em IA no Amapá: 29% estão em IA leve, 18,4% em IA moderada e 32% em IA grave^[22].

Este cenário se torna ainda mais dramático no país, quando o agronegócio superou os recordes mundiais de produção de soja (135,4 milhões de toneladas), milho (118 milhões de toneladas), mandioca (19 milhões de toneladas) no ano de 2020^[25].

A pandemia do COVID-19 ressaltou as profundas vulnerabilidades do modelo industrial de agricultura e produção e distribuição de alimentos, bem como as injustiças sociais^[26], enfatizando a importância da produção alimentar a nível local promovida pelo agricultor familiar como uma das alternativas de combate à fome.

Dada a situação atual da pandemia, à medida que milhões de famílias passam por IA, a Agroecologia oferece um caminho para reconstruir uma agricultura pós-COVID-19, capaz de evitar interrupções generalizadas no abastecimento de alimentos no futuro, territorializando a produção e o consumo de alimentos^[12]. A agroecologia é uma abordagem para se engajar nesse processo de mudança, onde a ciência da ecologia se conecta com a prática da agricultura e, juntas, unem forças com os movimentos sociais nos sistemas alimentares em busca de justiça alimentar, democracia alimentar, autonomia alimentar e soberania alimentar^[26].

Por isso são necessários esforços para viabilizar os agricultores familiares que desenvolvem a agroecologia como estratégia para a promoção da soberania alimentar no Brasil, principalmente neste período pós COVID, como a promoção de mercados alternativos que visem encurtar as relações entre agricultor e consumidor, que eliminem intermediários no processo de comercialização, que promovam relações comerciais mais transparentes e solidárias, que promova a autonomia dos agricultores e universalize o acesso ao alimento de qualidade^[27].

No Brasil, existem diversas expressões de circuitos curtos de comercialização promovidas pelos (ou para) os agricultores familiares e cujas vantagens são: preço compensador para o agricultor por se tratar de uma estratégia de baixo custo logístico e de preço final (sem intermediação) e atraente para o consumidor; permite divulgação do trabalho e estreitamento de laços com o consumidor dado o contato direto; e diminui o anonimato deste mercado^[28]. São lugares de resistência no processo socioalimentar contemporâneo e de articulação nas relações de sociabilidade local^[29].

Os canais de comercialização associados a estes mercados são as feiras, os grupos de consumo, compras na propriedade e os sistemas de entrega domiciliar mobilizados por agricultores. Nesses canais são ofertados majoritariamente alimentos *in natura*, frescos e sazonais, tornando-os de especial interesse para a SAN^[30].

O agricultor familiar do Amapá e sua resiliência diante da crise alimentar

No estado do Amapá, existem um total de 6.984 agricultores familiares que se faz presente em 82,10% dos estabelecimentos agropecuários do estado e, apesar da grande representatividade em número de estabelecimentos, ele detém apenas 19,7% das terras agropecuárias da região, destacando uma grande concentração fundiária. Estes indicadores revelam uma necessidade de promoção de uma reforma agrária redistributiva, que deveria se tornar uma das principais áreas de mudança das políticas públicas pós COVID-19, para impactar diretamente nas desigualdades subjacentes do sistema agroalimentar em todas as regiões^[12].

Mesmo diante desta concentração fundiária, o agricultor familiar é responsável pela produção 60% de todo setor agropecuário do Amapá, sendo a principal fonte de produção da mandioca, um alimento básico que faz parte da alimentação diária do amapaense, com uma produção de 112 mil toneladas por ano^[31].

Para que a agricultura familiar consiga produzir e comercializar alimentos com eficiência e produtividade, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) são indispensáveis. O órgão

assistencialista do estado é o RURAP, vinculado à SDR. Os agricultores familiares do estado buscam se cadastrar na SDR/RURAP para vender seus excedentes de produção nas Feiras do Produtor, promovidas por estes órgãos, além da busca pelo acesso à capacitação e assistência técnica rural, entre outras necessidades burocráticas. Os agricultores familiares do estado também contam com a assistência técnica prestada pela EMBRAPA e pelo SEBRAE, como suporte de apoio para produção e comercialização de seus produtos.

Nas Feiras do Produtor, são encontrados produtos de lavoura temporária, permanente e hortaliças folhosas da região, produzidos com práticas agroecológicas e preços mais acessíveis à população. Estes agricultores promovem o desenvolvimento econômico da região, fomentando a produção e comercialização no Estado, a partir da promoção e disponibilidade de produtos saudáveis e regionais à população amapaense a preços acessíveis, chegando a movimentar em torno de R\$ 40 milhões de reais por ano no Amapá com a venda de seus produtos^[31]. Estas feiras da agricultura que ocorrem nas áreas urbanas representam um importante mecanismo de comercialização para as famílias agricultoras são responsáveis pela permanência de muitas delas nas áreas rurais, sendo um aporte de renda fundamental^[29].

No primeiro semestre de 2020, início da pandemia decretada pela ONU, as atividades de ATER foram suspensas em todos os municípios do estado do Amapá. Como uma das consequências, as Feiras do Produtor foram fechadas via decreto, reduzindo significativamente o faturamento destas, deixando os agricultores familiares sem alternativas para escoar sua produção para os consumidores. Este cenário também gerou comprometimento para a população mais vulnerável quando na redução da oferta de alimentos in natura e minimamente processados vindos da agricultura familiar^[13].

Neste período, somente os supermercados e mercados locais puderam continuar efetuando suas atividades econômicas do Amapá. Os supermercados, então, passaram a ser os principais pontos de venda de alimentos no estado neste período, acentuando, problemas econômicos na população mais vulnerável

e provocando a fome com redes de segurança alimentar mínimas ou inexistentes^[26].

Para agravar a situação, o único Projeto de Lei de apoio emergencial à agricultura familiar durante a pandemia (PL 735/2020), que autorizava o pagamento de auxílio aos agricultores familiares que não foram contemplados pelo auxílio emergencial, com o objetivo de assegurar a assistência nas suas atividades rurais, foi vetado pelo então presidente do Brasil em 2020.

Também, o cenário institucional para a promoção da Agroecologia e da Soberania Alimentar do Amapá ainda é muito incipiente, uma vez que o estado ainda não pode contar com uma Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica aprovada^[32]. E, apesar de a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional ter sido criada em 2006, o estado não conta com uma estrutura de Segurança e Soberania alimentar, nem um PLANASAN, tampouco um Conselho Intersetorial, contando somente com o apoio da SDR/RURAP e da CONAB para promoção de atividades de combate à insegurança alimentar do Estado.

Este processo deixa claro mais uma vez o desmonte político em favor da agricultura familiar e a afirmação de pactos econômicos e políticos presentes em favor do agronegócio do Brasil, uma vez que as grandes corporações alimentícias não foram penalizadas na pandemia, não precisando se submeter ao fechamento e/ou interrupção de suas atividades. A pandemia por COVID-19 interrompeu parte do movimento do consumo do trabalho agrícola entre os países, levando a uma escassez de disponibilidade e acesso a alimentos básicos e produtos frescos, o que por sua vez pode levar a um aumento do consumo de alimentos e bebidas ultra processadas^[13].

Estes fatos deixam claro, ao mesmo tempo, que produtos industrializados não sofreram restrições, mostrando que as grandes corporações agrícolas foram muito mais beneficiadas sem políticas restritivas em relação ao COVID.

Neste período de pandemia (2020), a relação entre os agricultores familiares e o SEBRAE, que já datava desde 2003, ficou mais sólida, uma vez que o agricultor familiar viu no SEBRAE uma alternativa de

sobrevivência nesta crise social, econômica e sanitária que o estado estava vivenciando. Neste sentido, o SEBRAE foi crucial para manter o agricultor familiar inserido em circuitos curtos de comercialização para escoar sua produção. Inclusive as narrativas sociais dos agricultores são voltadas para a assistência técnica promovida pelo SEBRAE no período de pandemia nas comunidades agrícolas dos entrevistados.

“O SEBRAE está aqui toda semana ensinando, ajudando. Não sei o que seria de nós sem o SEBRAE na pandemia” (ENTREVISTADO 05, 2021). “Eles (o SEBRAE) e a EMBRAPA nos dão curso, tudo para melhorar nossa produção e venda, antes e mesmo depois da crise” (ENTREVISTADO 03, 2021).

No período da pandemia, o SEBRAE atuou fortemente, coletando a produção dos agricultores familiares em suas comunidades e vendendo posteriormente em estilo *Drive Thru*, promovidos em pontos estratégicos do município de Macapá e Santana (maiores cidades do estado do Amapá) e ainda fazendo entregas em condomínios presentes nos municípios de Macapá, sem custos adicionais para o agricultor familiar.

Também vale ressaltar que se faz necessário, em um estudo futuro, entender como os agricultores familiares dos outros municípios do estado resistiram, insistiram existiram durante a crise alimentar, uma vez que esta pesquisa se restringiu, por questões de segurança, às duas maiores cidades do estado e estão próximos a um número maior de consumidores na região.

Esta iniciativa foi crucial para manter o agricultor familiar produzindo seus produtos neste momento de crise e mostrou ser uma oportunidade de estreitamento de laços com o consumidor, uma vez que não eram só produtos que estavam sendo comercializados. Havia histórias de lutas que estavam sendo reproduzidas a partir destes canais, formando e estreitando laços entre produtores e consumidores.

Várias iniciativas desse tipo apresentadas na pesquisa como resposta à crise do COVID-19 foram, na verdade, favorecidas por estruturas e alianças previamente criadas e por laços de solidariedade pré-existentes entre alguns produtores e consumidores^[21],

neste caso, já havia uma aliança entre o agricultor familiar e o SEBRAE no estado do Amapá.

Estas novas entregas de alimentos envolveram tanto novos canais comerciais, surgindo em resposta às restrições do COVID-19, quanto uma nova forma de assistência a pessoas vulneráveis (agricultores familiares com a comercialização de seus produtos, que estavam paralisadas até então, e os consumidores finais que tiveram acesso a uma alimentação saudável com preços mais justos), promovendo cadeias curtas, fortalecendo mercados locais, favorecendo relações diretas entre produtores e consumidores. Como respostas, estes canais se perpetuam até hoje, dois anos após o período de pandemia e, na maioria deles, os agricultores familiares promovem estes canais curtos com o consumidor, de forma independente, não precisando mais do apoio do SEBRAE, a partir da formação de laços de confiança e credibilidade com os consumidores.

Esta articulação entre agricultores e consumidores permite formar redes de produção e consumo que fomentem a economia local, valorizando o trabalho e o produto interno, fazendo os recursos circularem por dentro das comunidades, onde há objetivos de superação da pobreza, fortalecimento da organização popular, restabelecimento de relações comunitárias de solidariedade e promoção da agroecologia e da economia solidária^[27,33].

Com o tempo, novos canais de venda também foram se formando a partir das associações dos agricultores familiares. No Cinturão Verde, área rural do município de Macapá, é possível (e comum) os consumidores realizarem visitas às áreas dos agricultores nas comunidades, em busca de seus produtos ou ainda é comum a formação de feiras locais nas próprias comunidades, associações ou distritos.

Nestas iniciativas captadas pela pesquisa no estado do Amapá, as cadeias curtas de valor sempre estiveram intimamente associadas à noção de economia solidária: preços justos, tanto para o produtor quanto para o consumidor. Esta comercialização solidária envolve a atuação no mercado local, facilitando o contato entre produtores

e consumidores, que atinge pessoas mais conscientes, dada sua contribuição social no momento da compra, na medida em que os consumidores acreditam no valor social^[34].

Atualmente, o *Drive Thru* promovido pelo SEBRAE não funciona mais, mas as entregas de cestas verdes nos condomínios foram continuadas de maneira independente, além das feiras promovidas nas associações e pelas associações. Além destes canais formados, os agricultores familiares ainda contam com o auxílio do SEBRAE quando na promoção de feiras agroecológicas itinerantes pontuais para a comercialização de sua produção na área urbana do município de Macapá, onde eles o veem como parceiros de comercialização. Em entrevistas, é possível ver a continuidade desta parceria, “já viajei para outros estados para aprender a vender, a fazer feiras itinerantes, tudo com a ajuda do SEBRAE” (ENTREVISTADO 05, 2021).

A formação destes elos mais estáveis estimularam flexibilidade e adaptabilidade, contribuindo para a estabilidade da segurança alimentar e reduziram a vulnerabilidade dos agricultores, permitindo-lhes sustentar a produção durante a crise^[21].

Em agosto de 2020, as Feiras do produtor do Estado voltaram a funcionar. Este retorno ocorreu sob pressão dos movimentos sociais liderados pelos agricultores familiares e comerciantes, uma vez que os grandes mercados de alimentos continuaram com suas atividades econômicas enquanto, que o agricultor familiar foi obrigado a paralisar suas atividades. As feiras retornaram com capacidade de funcionamento reduzida para 40% de ocupação dos boxes e tempo de funcionamento reduzido e seu funcionamento integral com 100% de ocupação dos boxes se deu somente um ano após o início da pandemia, em março de 2021^[35].

Igualmente aconteceu em outros estados, como o RS, onde feiras voltaram a funcionar, desde que os agricultores implementassem medidas de prevenção ao contágio da COVID-19^[30].

Hoje, apesar de os agricultores familiares poderem contar novamente com as Feiras do Produtor, promovidas pela RURAP/SDR, em todas

as entrevistas realizadas na pesquisa com as lideranças locais, foi visto o desinteresse em voltar a comercializar os produtos em sua totalidade por estes canais. As Feiras do Produtor estão sendo cada vez mais, expropriadas pelos agricultores familiares e cada vez mais sendo ocupada por atravessadores, perdendo o sentido de canais curtos de comercialização enraizados na cultura da agricultura familiar. Em entrevistas, eles alegam que “a feira do Produtor é um tipo de venda muito informal, sem relação nenhuma com o cliente” (ENTREVISTADO 03, 2021).

Antes a gente até usava os caminhões da SDR para levar nossos produtos para a feira, vender nossos produtos lá, mas a gente tá deixando de lado. Perdía o dia todo de trabalho, eles não ajudavam muito, só davam o carro. Hoje, eu e os agricultores da nossa associação fazemos nossas próprias entregas pros clientes, fazemos nossas próprias feiras (ENTREVISTADO 05, 2021).

Vender na feira do produtor da SDR é muito complicado, é longe daqui. A gente perde muito tempo e perde produto também, porque a folha fica murcha no transporte e ninguém quer comprar. Se tiver uma feira aqui no nosso distrito, dá pra gente ir, vender aqui perto de casa, não perde o dia todo de trabalho (ENTREVISTADO 02, 2021).

Para democratizar e ampliar o acesso ao alimento agroecológico, é necessário o desenvolvimento de estratégias de comercialização que fujam das relações tradicionais de mercado que são realidade hoje nas comunidades rurais, eliminando a presença de intermediários, a venda às grandes cooperativas, mercados que se voltam à exportação, grandes redes de supermercados e agroindústrias^[27]. As narrativas encontradas nas comunidades rurais estão sempre voltadas para estas relações mais íntimas com o consumidor. “A gente quer montar nossa própria feira. A gente tá só esperando a prefeitura com os papéis, pra montar nossa feira comunitária perto das nossas comunidades” (ENTREVISTADO 01, 2021).

Por isso é importante a promoção de circuitos curtos de comercialização que são propostos

pelas associações de agricultores familiares. Juntos, eles promovem feiras itinerantes no meio urbano ou em seus distritos, promovem o alcance de capacitação técnica, conseguem articular canais de vendas diretas a partir de suas comunidades e assim construir e manter relações de confiança e de afetividade com os consumidores: uma manifestação de representação social.

Estes canais também promovem conexões entre os agricultores familiares, que se relacionam entre si para trocas de experiências, com caráter emancipatório e plural, uma vez que estes buscam autonomia nos mercados locais, promovendo seus próprios circuitos curtos de comercialização.

Estes agricultores familiares vêm transformando toda a agricultura de pequena escala em uma agricultura comercial mais justa a partir de iniciativas de sistemas agroecológicos, e como solução às crises alimentares e ambientais e ainda conseguindo formar redes sociais e economias solidárias, com o objetivo de garantir sua sobrevivência material, cultural e afetiva com a terra^[12].

Por fim, quanto às dificuldades enfrentadas e pelos agricultores familiares dos outros municípios do estado e suas respostas à crise alimentar, pode-se afirmar que os obstáculos foram os mesmos enfrentados, tais como a fechamento das Feiras do Produtor e não acessibilidade a auxílios emergenciais, e também a ajuda do SEBRAE foi a mesma em todas as regiões do estado, diferenciando-se entre si pelo grau de complexidade (dificuldade de acesso a mercado consumidor local). Porém, por questões de segurança, a pesquisa limitou-se a entrevistar somente a liderança dos agricultores familiares presentes nas comunidades agrícolas da área rural de Macapá e Santana, tendo somente estas narrativas e perspectivas sociais a serem exploradas no artigo.

A pandemia destacou o papel fundamental desempenhado pelos sistemas alimentares locais como forma de construir resiliência alimentar em tempos de crise ^[21]. Mas também destacou a necessidade de fortalecimento dos agricultores familiares por meio de políticas públicas, que foram duramente negligenciados no período de pandemia.

Não é somente responsabilidade dos agricultores familiares a formação de redes econômicas e solidárias em respostas a estas crises. Cabe ao estado dialogar com as populações rurais e buscar alternativas de fomento para que esta classe continue promovendo a soberania alimentar a partir de sua territorialização e autonomia local. É preciso trazer à luz experiências locais e promover articulações.

A agroecologia mostra um caminho a seguir, fornecendo os princípios sobre como projetar e gerenciar sistemas agrícolas mais capazes de resistir a crises futuras, sejam surtos de pragas, pandemias, mudanças climáticas ou colapsos financeiros, tornando-a comprometida com um futuro mais justo e sustentável, reformulando as relações de poder do território e do alimento, sendo de importância estratégica na reconstrução de um novo sistema alimentar pós-COVID-19^[12]. A agricultura é um processo socialmente construído que ocorre em um ambiente de agroecossistema ecológico e social, e a mudança transformadora em nossos sistemas alimentares e agrícolas é baseada em mudanças sociais e políticas^[26].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama de Insegurança Alimentar se agravou nos últimos anos, em decorrência da pandemia, conflitos mundiais e principalmente por problemas estruturais decorrentes do modelo de agricultura capitalista que se mostra cada vez mais insustentável. A agricultura familiar e seu modelo de agricultura agroecológica aparece como uma alternativa para alcançar a soberania alimentar, reduzindo a Insegurança Alimentar instalada, de maneira mais saudável e sustentável.

A aproximação entre as práticas da agroecologia e economia popular solidária impulsionam o acesso ao alimento saudável a um número cada vez maior de pessoas com a promoção da soberania alimentar. Porém, durante a pandemia, as limitações dos canais curtos de comercialização ficaram impossibilitadas, dificultado o escoamento de produção do agricultor familiar, trazendo mais pobreza para o meio rural e insegurança alimentar para a sociedade.

A partir deste cenário, o agricultor familiar amapaense, junto a iniciativas do SEBRAE, conseguiu superar a crise, promovendo canais curtos de comercialização alternativos que se adequassem à realidade, a partir de articulações coletivas. Algumas destas iniciativas de vendas diretas resistiriam e se fortaleceram, criando conexões entre os produtores e consumidores e que vigoram mesmo depois do período de pandemia.

Mas estas articulações não devem parar, elas devem ser lideradas por movimentos sociais, urbanos e rurais aliados, com um maior fortalecimento nas relações destes movimentos com o Estado para a formação de mecanismos de controle social ou comunitário de combate à fome, pois somente assim a agricultura familiar será capaz de promover a Segurança e Soberania Alimentar do Estado.

AGRADECIMENTOS

Aos líderes agrícolas das comunidades rurais, à CAPES e ao CNPq.

FINANCIAMENTOS

Financiamento próprio.

CONFLITOS DE INTERESSE

Nada a declarar.

FUNÇÕES DOS AUTORES

A autora Ana Karolina Pedrada ficou responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, procedimentos técnicos, coleta de dados, interpretação e análise crítica da pesquisa; Oriana Trindade ficou responsável pela tradução, orientação e revisão do artigo; Mariano Carlos e Sarah Lamarão auxiliaram na coleta de dados e análise de resultados.

REFERÊNCIAS

[1] Hoyos CJ, D'Agostino A. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências. *Nera* [Internet]. 2017;20:174–98. Available at: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4855/0>

[2] Chonchol J. A Soberania Alimentar. *Revista del Doctorado en el Estudio de las Sociedades Latinoamericanas*. outubro de 2005;55(1):269–90.

[3] Scarabeli V, Maçano BF. O debate paradigmático em torno da insegurança alimentar com base nos conceitos de segurança alimentar, soberania alimentar e agroecologia. *Geogr Ambient Educ e Soc* [Internet]. 2020;2(1):35–52. Available at: <https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/article/view/4246>

[4] Gliessman SR. *Agroecology: The ecology of sustainable food systems*. 2ª ed. Press C, organizador. *Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems, Third Edition*. New York; 1998. 405 p.

[5] Warner KD. The quality of sustainability: Agroecological partnerships and the geographic branding of California winegrapes. *J Rural Stud*. 2007;23(2):142–55.

[6] Rosset P, Altieri M. *Agroecología: ciencia y política*. 3o ed. Riobamba G, organizador. Riobamba (Ecuador): SOCLA; 2018. 208 p.

[7] Altieri MA. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Rev Nera*. 2010;13(16):22–32.

[8] Sena AOV, Santana GPG, Ferreira MJ, Bogo MNR de A. Agroecologia e produção orgânica na agricultura familiar no território extremo sul da Bahia. *Rev Fitos*. 2019;13(1):15.

[9] Caporal FR, Costabeber JA. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. *Agroecol e Extensão Rural Contrib para a promoção do Desenvol Rural sustentável* [Internet]. 2004;166. Available at: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia_e_extensao_rural_contribuicoes_para_a_promocao_de_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf

[10] Sevilla-Guzmán E. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: Aquino AM de, Assis RL de, organizadores. *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Embrapa. Brasília: Independente; 2005. p. 1689–99.

[11] Meirelles L. Agroecologia e Mercados locais. *Agriculturas* [Internet]. 2004;1(0):11–4. Available at: <http://journals.openedition.org/configuracoes/8626>

[12] Altieri MA, Nicholls CI. Agroecology and the reconstruction of a post-COVID-19 agriculture. *J Peasant Stud*. 2020;47(5):881–98.

- [13] Zago MAV. As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica. *Rev Segurança Aliment e Nutr.* 2021;28(61):1–14.
- [14] IBGE. Censo agropecuário 2017: resultados definitivos [Internet]. Censo agropecuário. Rio de Janeiro, RJ: IBGE; 2019. 1–105 p. Available at: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf
- [15] Collado AC, Montiel MS, Ferre MR. Soberanía alimentaria y Agroecología Emergente: la democracia alimentaria. In: Collado AC, organizador. *Aproximaciones a la Democracia Radical*. Barcelona: Editora Icaria; 2010. p. 213–38.
- [16] Moura IF de, Souza C de, Canavesi F. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. *Segurança Aliment e Nutr.* 2016;23:1019.
- [17] Niederle P, Petersen P, Coudel E, Grisa C, Schmitt C, Sabourin E, et al. Ruptures in the agroecological transitions: institutional change and policy dismantling in Brazil. *J Peasant Stud.* 2022;(May):1–24.
- [18] Guéneau S, Sabourin EP, Colonna J, Tadeu R, Niederle PA, Ávila ML De, et al. Rumos, ensinamentos e perspectivas para políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica. In: Sabourin E, Guéneau S, Colonna J, Silva L raimundo T da, organizadores. *Construção de Políticas Estaduais de Agroecologia e produção orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais*. Curitiba: Editora CRV; 2020. p. 245–66.
- [19] Guéneau S, Sabourin E, Niederle PA, Colonna J, Strauch, Guilherme de Freitas Ewald Piraux M, Lamine C, et al. A construção das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia.* maio de 2019;7–21.
- [20] PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil*. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar; 2021.
- [21] Titonell P, Fernandez M, Mujtar VE El, Sarapura S, Laborda L, Fernandes GB, et al. Sistemas Agrícolas Respostas emergentes à crise do COVID-19 da agricultura familiar e do movimento agroecológico na América Latina – Uma redescoberta de alimentos, agricultores e ação coletiva. *Agric Syst - Elsevier.* 2021; 190:1–16.
- [22] PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *Insegurança Alimentar e COVID-19 no Brasil. Suplemento I: Insegurança Alimentar nos estados* [Internet]. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar; 2022. Available at: https://aprosojabrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/01/BOLETIM.12.APROSOJA_2019.pdf
- [23] FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021* [Internet]. FAO, organizador. Rome: FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO; 2021. 240 p. Available at: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en>
- [24] PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da e COVID-19 no Brasil*. 1o ed. PENSSAN R, organizador. Vol. 59. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; 2022. 112 p.
- [25] CONAB CN de A. *Cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar*. MAPA, organizador. Brasília: CONAB, MAPA; 2021. 28 p.
- [26] Gliessman S, Ferguson BG. An urgent call for deep food system change. *Agroecol Sustain Food Syst* [Internet]. 2021;45(1):1–2. Available at: <https://doi.org/10.1080/21683565.2020.1831731>
- [27] Perez-Cassarino J. Agroecologia e mercados locais: o caminho através da economia solidária. In: Kuster A, Martí JF, organizadores. *Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil*. 1o ed Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED; 2004. p. 236.
- [28] Meirelles L. Produção e comercialização de hortaliças orgânicas. *Rev da Soc Oleric do Bras.* 1997;15(Suplemento).
- [29] Lima R de S, Fontana APC. As feiras da agricultura familiar como território de práticas. *Redes.* 2019;24(3):75–100.
- [30] Preiss P V., Navarro RS, Weber JM, Mello LL de. Abastecimento alimentar e COVID -19: uma análise das feiras no Vale do Rio Pardo-RS. *Rev Segurança Aliment e Nutr.* 2021;28(51):1–13.
- [31] SDR. *Comercialização da Produção Receitas por Grupo de Produtos de 2017 a 2019*. Macapá; 2022.
- [32] Pedrada AKL, Almeida OT de, Rivero SL de M, Pedrada TI e S. Estruturação agroecológica no ambiente institucional do Amapá: o velho, promovendo o novo. *Rev Bras Agroecol.* 2022;17(2):50–61.
- [33] Norder LA, Lamine C, Bellon S, Brandenburg A. Agroecologia. Polissemia, pluralismo e controvérsias. *Ambient Soc.* 2016;19(3):1–20.

[34] Nascimento DV da C, Silva JA, Pinto M de R, Mesquita MC. Quando o orgânico se torna “rótulo”: discussões críticas sobre consumo e Agroecologia a partir de um empreendimento de Economia Solidária. *Estud Soc e Agric.* 2018;26(3):1–22.

[35] Amapá G do. Feira do Produtor: funcionamento retorna com 40% da capacidade [Internet]. Portal Governo do Amapá. 2020 [citado 25 de junho de 2021]. p. 1. Available at: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0808/feira-do-produtor-funcionamento-retorna-com-40-da-capacidade>